

A. I. N° - 180503.0901/02-0
AUTUADO - PASSARELA MÓVEIS LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ DE CASTRO DIAS
ORIGEM - INFAZ TEIXEIRA DE FREITAS
INTERNET - 30/12/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0449-03/02

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. FALTA DE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO COMPROBATÓRIO. ESTOQUE FINAL. DESENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Para o aproveitamento do crédito fiscal referente ao estoque final em caso de desenquadramento do SIMBAHIA, a legislação exige a discriminação pormenorizada das mercadorias existentes e o seu lançamento no livro Registro de Inventário, a fim de que seja possível a aferição de sua regularidade. Infração caracterizada. **2. LIVROS FISCAIS. REGISTRO DE INVENTÁRIO. FALTA DE ESCRITURAÇÃO. MULTA DE 5% SOBRE O VALOR DAS ENTRADAS.** Infração caracterizada. Foi reduzido o valor da multa referente ao inventário de 31/12/01, pelo fato de a irregularidade não constituir impedimento para o desenvolvimento de outros roteiros normais de fiscalização, no período mencionado. **3. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DMA. FALTA DE ENTREGA. Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 13/09/2002, exige ICMS no valor de R\$39.499,45 e multas de R\$92.913,24, em decorrência das seguintes irregularidades:

1. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito, no valor de R\$ 39.499,45;
2. Deixou de escriturar o Livro Registro de Inventário, multa de R\$92.513,24, relativa aos exercícios de 2000 e 2001.
3. Falta de apresentação da DMA (Declaração e Apuração Mensal do ICMS), multa de R\$400,00.

O autuado, tempestivamente, ingressa com defesa, fls. 22 a 26, e reconhece ser devedora tão somente da infração 03, relativa à multa de R\$ 400,00, e da infração 02, no valor de R\$ 80,00.

Diz que os créditos relacionados na infração 01, como sendo créditos fiscais sem a apresentação do competente documento comprobatório, refere-se ao crédito fiscal decorrente do levantamento das mercadorias existentes em 30/09/2000, data em que foi suspenso do SIMBAHIA. Assim que levantado o estoque existente em 30/09/2000, a base de cálculo alcançou o total de R\$426.092,97, e o direito ao crédito do ICMS o valor de R\$ 72.435,80, que foi utilizado nos meses de outubro, novembro, dezembro de 2000, e janeiro a junho de 2001. Aduz que ao proceder desta forma, partiu do pressuposto de que a partir de 01/10/2000, todas as mercadorias

existentes no estoque saíam tributadas. Quanto à infração 2, reclama que a multa a ser aplicada é a prevista no art. 915, XX, e que a penalidade aplicada foi equivocada, pois não houve a pretensão de dificultar ou impedir a ação do fisco, e que se assim quisesse não teria apresentados os livros Registro de Entradas e Registro de Saídas de Mercadorias. Aponta que há um equívoco no período considerado pelo autuante, pois este deveria ter tomado como base as mercadorias tributadas adquiridas a partir do mês de outubro de 2000, data em que o autuado desenquadrou-se do SIMBAHIA, e não de todo o exercício de 2000. A final requer a juntada posterior do Livro Registro de Inventário, com os dados relativos ao estoque de 30/09/2000.

O autuante presta informação fiscal, fls. 24 a 24 e aduz que mesmo não tendo feito o inventário à época própria, o autuado insiste em dizer que “levantou o estoque em 30/09/00, onde apurou o valor da base de cálculo de R\$ 429.092,97”, o que contradiz com a informação que o mesmo forneceu à Repartição Fiscal, através de DME (anexa), apresentada somente em 17/10/01, onde consta como estoque final a importância de R\$ 320.237,13. Diz que a não escrituração do inventário impediu que a fiscalização pudesse fazer os levantamentos necessários à comprovação dos créditos pleiteados. Ressalta que o autuado anexou em sua defesa, uma relação emitida por computador, com o título – Registro de Inventário, sem nenhuma formalidade, que possa ser reconhecido como livro fiscal, com valor probante. Pede que o AI seja mantido na íntegra.

VOTO

No Auto de Infração está o relato, na infração 1, de que o contribuinte creditou-se do imposto presumido, quando da mudança do regime de apuração de Empresa de Pequeno Porte para o regime normal, a partir do mês de outubro de 2000, tendo sido apurado os créditos dos valores utilizados a partir do mês de outubro de 2000 até junho de 2001.

O contribuinte invoca em sua peça de defesa, o art. 101, II, “a”, mas este encontrava-se inscrito no SIMBAHIA, e estava sob a égide da legislação do SIMBAHIA, devendo na presente situação ser aplicado o art. 408-B do RICMS/97, que prevê:

Art. 408-B. Na hipótese de alteração de inscrição, passando o contribuinte da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou ambulante para a condição de contribuinte normal, uma vez determinado o desenquadramento da condição anterior, deverá o contribuinte, no último dia do mês em que receber a comunicação, uma vez determinado o desenquadramento da condição anterior, deverá o contribuinte, no último dia do mês em que receber a comunicação do desenquadramento, efetuar o levantamento das mercadorias em estoque, especificando, separadamente:

- I – as mercadorias cujas operações subsequentes sejam isentas ou não tributadas;*
- II – as mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, nos termos dos incisos II e IV do art. 353;*
- III – as demais mercadorias sujeitas ao ICMS que não as referidas no inciso anterior, para fins de utilização do crédito fiscal a elas correspondente, a ser calculado mediante a aplicação da alíquota vigente no momento da aquisição, sobre o preço mais recente da mercadoria.*

§ 1º O dia em que for efetuado o levantamento de que cuida este artigo servirá como referência na definição da data da efetiva alteração do regime de tributação determinado pela Fazenda Estadual.

§ 2º - A utilização do crédito a que se refere o inciso III deverá ser seguida da comunicação escrita dirigida à Inspetoria Fazendária do domicílio do contribuinte.

§ 3º O estoque apurado na forma deste artigo deverá ser lançado no Registro de Inventário, no prazo de 60 dias.

No caso em lide, o contribuinte não obedeceu ao trâmite legal para ter direito à utilização dos créditos fiscais, nem escriturou o estoque de mercadorias de 30/09/2000, no Livro Registro de Inventário, optando por lançar, no Registro de Apuração do ICMS, os valores em “Outros Créditos”, sem comprovar a idoneidade dos mesmos. Na sua peça de defesa, anexa uma relação emitida por meio de processamento eletrônico de dados, fls.28/48, sem nenhuma formalidade, e portanto, sem valor probante, pois a escrituração por processamento eletrônico de dados, ou por processo mecanizado, será permitida mediante prévia autorização do fisco estadual, o que não ocorreu. Entendo que a exigência fiscal está correta.

Quanto à infração 2, o autuado não nega o seu cometimento, mas se insurge contra a multa aplicada, pleiteando o enquadramento no art. 915, XX, “a” do RICMS/97.

Constata-se que o contribuinte foi acusado de ter deixado de lançar, no livro Registro de Inventário, o estoque existente em seu estabelecimento nos dias 31/12/00 e 31/12/01, já como empresa inscrita na condição de “Normal”. Entendo que a irregularidade está devidamente caracterizada, tendo em vista que o contribuinte não trouxe aos autos o referido livro fiscal devidamente escriturado, devendo ser aplicada a regra do artigo 142, do RPAF/99: “a recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha importa presunção de veracidade da afirmação da parte contrária”.

A Lei nº 7.014/96, em seu artigo 42, inciso XII, estabelece a multa de 5% do valor comercial das mercadorias sujeitas a tributação entradas no estabelecimento durante o exercício, quando não tiver sido regularmente escriturado o Registro de Inventário, apenas se esse fato constituir impedimento definitivo da apuração do imposto no período, não havendo outro meio de apurá-lo, o que, a meu ver, ocorreu nesta autuação, no exercício de 2000, considerando que o contribuinte, por ser Empresa de Pequeno Porte até setembro/00, estava desobrigado de escriturar os demais livros fiscais e, assim, o Fisco encontrava-se impossibilitado de proceder a outros roteiros de fiscalização. Ressalte-se, ainda, que mesmo o levantamento quantitativo de estoques em aberto seria impossível de realizar, já que não haveria condição de ser feita a separação dos períodos em que o contribuinte estava enquadrado no SimBahia e na condição de Normal. Por essa razão, mantenho o valor de multa exigido de R\$ 47.471,58.

Todavia, em relação à falta de escrituração do livro Registro de Inventário em 31/12/01, entendo que deve ser reduzida a penalidade para R\$400,00, prevista no artigo 42, inciso XV, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, tendo em vista que não ficou comprovado que a irregularidade fiscal acima descrita constituiu impedimento definitivo para a apuração do imposto no exercício, já que o autuado estava obrigado a escriturar todos os livros fiscais e contábeis, por encontrar-se na condição de contribuinte normal.

Relativamente à infração 3, o próprio autuado reconheceu a sua procedência, sendo desnecessárias maiores considerações.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **180503.0901/02-0**, lavrado contra **PASSARELA MÓVEIS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 39.499,45**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, sendo **R\$7.431,70**, atualizado monetariamente, com os respectivos acréscimos moratórios e **R\$32.067,75** com os demais acréscimos legais, além da multa de **R\$48.271,58**, prevista no art. 42, XII e XV, “d” e “h”, da citada lei, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de dezembro de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR